

**Vol V, núm. 2, jul-dez, 2021, pág- 410-430.**

## **PNLD 2020 – AVANÇOS E(OU) PERMANÊNCIAS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA QUANTO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E À PRESENÇA DAS MULHERES NA HISTÓRIA**

Bruna Cruz Baptista

### Resumo

A partir da pesquisa “Investigando a importância do não dito – gênero e mulheres no livro didático de história”, buscamos analisar uma coleção de livros didáticos de história, aprovada pelo PNLD 2020, como objeto e fonte de pesquisa documental, a partir do gênero como categoria de análise, com o propósito de visualizar como se apresentam as relações de gênero, bem como a presença e/ou ausência das mulheres configurando como agentes do processo histórico referenciadas na produção didática brasileira. Por meio da seleção e exploração de uma das coleções aprovadas compreendemos que os livros didáticos que chegam às escolas estão diretamente relacionados às propostas das políticas públicas educacionais vigentes, como o PNLD e o documento da BNCC. Com esse sentido, compreender a BNCC se tornou elementar para se analisar um livro didático, que por sua vez, baseia-se nela, assim como analisar o edital PNLD 2020. Buscamos com este trabalho apresentar uma síntese dos dados extraídos pela análise da BNCC, do edital PNLD 2020 e da coleção aprovada de livros didáticos “Inspire História”, em que damos destaque como o tema das relações de gênero é abordado ou não nestes documentos e materiais destinados à educação.

Palavras-chave: gênero; mulheres; educação; políticas públicas.

### Resumen

Mediante la investigación “Investigando la importancia de lo no dicho – género y mujeres en el libro didáctico de historia”, buscamos analizar una colección de los libros didácticos de historia, aprobados por el PNLD 2020, como objeto y fuente de investigación documental, con base en el género como categoría de análisis, con el propósito de visualizar cómo se presentan las relaciones de género, así como la presencia y/o ausencia de mujeres configurándose como agentes del proceso histórico referenciado en la

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

producción didáctica brasileira. Mediante la selección y exploración de una de las colecciones aprobadas, entendemos que los libros que llegan a las escuelas están directamente relacionados con las propuestas de las políticas públicas educativas actuales, como el PNLD y el documento BNCC. Con esto en mente, entender el BNCC se ha vuelto fundamental para analizar un libro didáctico, que a su vez se basa en él, así como para analizar la convocatoria PNLD 2020. Buscamos con este trabajo presentar una síntesis de los datos extraídos por el análisis de BNCC, la convocatoria PNLD 2020 y la colección aprobada de libros didácticos “Inspire História”, en la que destacamos cómo se aborda o no el tema de las relaciones de género en estos documentos y materiales para la educación. Palabras-clave: género; mujeres; educación; políticas públicas

### **Introdução**

Compreender o atual cenário brasileiro no que tange à temática de gênero, as violências e desigualdades, bem como os desafios a serem ultrapassados, exige um olhar mais atento às diretrizes da educação nacional, como a Base Nacional Comum Curricular, e suas políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

A Constituição brasileira de 1988 garante o direito à educação para todos e todas e apresenta o compromisso do Estado como provedor dessa educação. Nesse sentido, políticas públicas são implementadas para assegurar a educação em território nacional nas escolas, e uma delas é exatamente o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. A implantação de tal política pode indicar o papel concedido ao livro didático no processo educacional brasileiro.

Os livros didáticos são uns dos materiais mais utilizados no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas no Brasil e é um dos principais materiais presentes nas escolas públicas, consistindo num importante instrumento de trabalho para a professora e para o professor, e às vezes no único livro o qual a aluna e o aluno têm acesso.

Na medida em que é acessível ao público ao qual se destina, o livro didático também pode desempenhar uma função significativa na formação ideológica e cultural na rotina escolar. Textos e imagens possuem um forte referencial e tem alto teor de representatividades para quem o lê. Por configurar como um importante instrumento de

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

trabalho em sala de aula, constata-se que, muitas vezes, professores e professoras, alunos e alunas o têm como principal fonte de informação (COSTA, 2006, p. 32).

Com isso, diversos estudos têm trazido à discussão, em variadas abordagens, as relações entre o livro didático do componente curricular de história e o gênero, como categoria de análise histórica (OLIVEIRA, 2011; PEREIRA, 2013; SILVA, 2009). O modo como os livros didáticos expõem as questões de gênero pode ou não perpetuar visões de mundo estereotipadas, tidas como naturais e verdadeiras. Por trazerem uma versão referendada do passado, contribuem para construir uma narrativa “oficial” da história e isso impacta a forma com que as novas gerações percebem o mundo e se percebem. Se a história narrada nas escolas coloca apenas homens brancos e letrados como condutores do processo histórico, teremos (e temos) gerações de brasileiros e brasileiras – principalmente – que não se sentem parte e agentes da história.

As relações de gênero permeiam e fazem parte do ambiente escolar. A intersecção entre as relações de gênero e a educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais a partir de meados dos anos de 1990, com os avanços nos estudos de gênero, bem como nos avanços em relação à sistematização de reivindicações que visavam à superação de uma série de medidas contra a discriminação às mulheres. No entanto, ainda é atual a discriminação de gênero nas políticas públicas educacionais, a persistência da discriminação contra as mulheres expressa em materiais didáticos e currículos, as desigualdades de gênero nas relações escolares, a limitação ao acesso à educação e permanência na escola e muito mais. Na educação escolar, considerada como uma importante dimensão da construção social e da cidadania, as relações de gênero ganham ainda pouca relevância – ou espaço – entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docente, nas políticas públicas que ordenam o sistema educacional e nos materiais utilizados para o processo de ensino-aprendizagem.

Sobre as políticas públicas, Circe Bittencourt (1998, p. 71) destaca que “os livros didáticos apresentam não somente os conteúdos das disciplinas, mas também como esse conteúdo deve, na visão dos seus produtores, ser ensinado”. Ainda segundo autora:

o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas,

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade burguesa (BITTENCOURT, 1998, p. 72).

Aqui, cabe acrescentar que, sendo o livro um recurso a dar suporte ao ensino e aos conhecimentos propostos pelos currículos educacionais – que por sua vez seguem diretrizes estatais, nacionais –, o Estado se faz presente no que se ensina no interior da escola. Por essa ótica, é necessário também considerar a manipulação de interesses à qual a produção livro didático está vinculada.

De forma implícita ou explícita, os valores e ideologias apresentados nos livros didáticos muitas vezes representam um determinado paradigma historicamente construído. A maioria dos textos didáticos brasileiros costuma privilegiar uma história masculina, branca e eurocêntrica. Com este entendimento, cabe ressaltar que o livro didático adquire um papel importante na definição dos papéis sociais e em particular, das relações de gênero. Por tudo isso, há décadas, pesquisadoras, pesquisadores e ativistas vêm denunciando o machismo e o racismo nos livros escolares.

Como resultado dessas denúncias, em 1993 o Estado brasileiro passou a avaliar as obras compradas e distribuídas nas escolas públicas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Com a edição do Decreto nº 9.099, de 18/07/2017, as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, até então contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), foram consolidadas em um único Programa, chamado Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD.

### **Desenvolvimento**

O PNLD consiste em uma política pública designada a avaliar os materiais didáticos desenvolvidos para a educação básica e submetidos ao programa para aprovação. Para que esta aprovação aconteça, é necessário que a coleção – coleção refere-se ao conjunto de livros didáticos desenvolvidos e escritos pelos mesmos autores que, juntos, completam um ciclo da educação básica – atenda a requisitos dispostos em edital para o ciclo corrente.

Em relação ao combate à violência contra mulheres, às desigualdades e à história das mulheres – item importante no enfrentamento da invisibilidade e silenciamento das mulheres enquanto agentes da história – o edital do PNLD 2020 traz alguns poucos

direcionamentos e premissas, como no item “Sobre Considerações Gerais – Características e objetivos dos Anos Finais do Ensino Fundamental”:

Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações [dos estudantes] com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (BRASIL, 2010). Ampliam-se também as possibilidades intelectuais e intensifica-se a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010) (BRASIL, 2018, p. 35, grifo nosso).

Ainda no item 2.1.2, “Sobre Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”, o edital sinaliza que a obra deve:

Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico- racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos. (...) Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher (BRASIL, 2018, pp. 38 e 39, grifo nosso).

Mais especificamente, sobre os critérios de avaliação, em relação ao estudo sobre relações de gênero e mulheres, o edital somente aborda em relação as obras literárias (não de história, como mais especificamente visamos averiguar):

Dessa forma, como assinala a BNCC, é necessário que os estudantes dos Anos Finais possam entrar em contato com “diferentes gêneros, estilos, autores e autoras” que sejam “contemporâneos, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses, africanos e de outros países” (BRASIL, 2017, p.154). Isso implica que as obras devem representar múltiplas variedades da língua portuguesa e diversidade no que tange à autoria (*expressiva quantidade de autoras mulheres*) e no que tange ao contexto de produção (devem ser apresentadas obras, por exemplo, de autores/as africanos/as). (BRASIL, 2018, p. 49, grifo nosso).

Na página seguinte os critérios seguem incentivando “a presença de protagonistas e sujeitos líricos de diferentes raças e etnias, gêneros, origens geográficas, classes sociais, faixas etárias etc (BRASIL, 2018, p. 50, grifo nosso). Na mesma página reforça que “Não

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

serão selecionadas obras que apresentem preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, sexual e de gênero, entre outros” (BRASIL, 2018, p. 50, grifo nosso).

Ou seja, sobre relações de gênero e mulheres, é somente este conteúdo aqui reunido que o edital do PNLD 2020 nos traz. Nele nós não temos, principalmente referente ao componente curricular história, nenhuma diretriz ou critério que refira-se à história das mulheres e as questões de gênero.

Importante ressaltar que, conforme destacado no Guia Digital PNLD – 2020, a edição do PNLD 2020, destinada a atender os Anos Finais do Ensino Fundamental, traz mudanças significativas e a mais substancial delas é a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento delineador. Esse documento foi homologado pelo Ministério da Educação em sua terceira versão, no dia 20 de dezembro de 2017 para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Em 14 de dezembro de 2018, o documento foi homologado para a etapa do Ensino Médio. Juntas, a Base da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio integram um único documento: a BNCC da Educação Básica.

A BNCC se apresenta com o objetivo de formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século XXI e foi a partir dessa concepção, que a BNCC se estruturou apoiada em dez Competências Gerais que operam como um “fio condutor” do documento e de sua proposta. Essas competências devem ser desenvolvidas pelas e pelos estudantes ao longo de todos os anos da Educação Básica e, por isso, permeiam cada um dos componentes curriculares, das habilidades e das aprendizagens essenciais especificados no documento, além daqueles que serão inseridos nos currículos locais.

A organização estrutural da BNCC no Ensino Fundamental – mais especificamente ensino fundamental anos finais, por ser este o segmento de ensino contemplado no PNLD para o quadriênio 2020-2024 – se dá por áreas do conhecimento, da mesma forma que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Tal organização busca favorecer a comunicação entre os conhecimentos e aprendizagens das inúmeras disciplinas, agora chamadas de componentes curriculares. As áreas do conhecimento previstas pela BNCC são: 1) Linguagens, 2) Matemática, 3) Ciências da

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

Natureza, 4) Ciências Humanas e 5) Ensino religioso, sendo que cada uma delas têm competências específicas por área – que conversam com as dez competências gerais – e de componente curricular, que devem ser promovidas ao longo de todo o Ensino Fundamental.

Investigando a BNCC, podemos inferir que ela se apresenta com substancial conteúdo teórico, o qual embasa e organiza toda a sua construção, mas também conteúdo norteador, configurando-se como diretriz para a educação básica. A Base não deve ser vista como um currículo, mas como um conjunto de orientações norteadoras para as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais, tanto em escolas públicas quanto particulares. Isso nos elucidava todo o fio que conecta à BNCC, que é aquele instrumento formalizado a nível nacional para todo território brasileiro, perpassando pelas coordenações pedagógicas, pelos planos pedagógicos de cada escola, pelas e pelos docentes, pelos materiais didáticos elaborados até as alunas e alunos na sala de aula. Por esse fio conector, é que compreender a BNCC é tão relevante ao se analisar um livro didático baseado nela, construído a partir das ideias e diretrizes contidas nela. Um livro, uma obra, uma coleção baseada neste documento, muito também pode nos dizer sobre as diretrizes nacionais sobre determinados assuntos, ou seja, como o Estado, como nossos representantes e profissionais da educação conduzem e lidam com temas relevantes para a sociedade e para a nossa pesquisa em desenvolvimento, no caso, sobre as relações de gênero e a presença das mulheres no ensino e nos livros de história.

Por essa perspectiva, antes de examinar os livros didáticos para o ensino de história dos Anos Finais do Ensino Fundamental aprovados no PNLD 2020, exploramos a BNCC, e com um olhar mais atento para o componente curricular de história.

Analisando o documento da BNCC, que serve como base para o edital PNLD 2020, bem como para os livros didáticos aprovados pelo programa, e buscando embasamento para a abordagem e discussão de temas relacionados a gênero e as mulheres percebemos que gênero sequer é mencionado no documento, nem no âmbito das discriminações de gênero e nem no âmbito da promoção pela igualdade entre os gêneros – principalmente no domínio do componente curricular de história. O gênero que é referido no documento trata-se somente de gêneros literários e textuais, e não gênero como categoria de análise, das relações e práticas sociais. Se é possível considerar, o texto



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

apenas se refere em um único momento admitir as desigualdades “entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica” (BRASIL, 2017, p. 15).

Cenário este que se apresenta problemático ao levarmos em conta que a BNCC é a diretriz para a elaboração de matrizes curriculares da educação básica em todo o território nacional. Não abordar sobre gênero no documento não somente abre precedentes para que esta temática não seja incluída nos processos educativos, como contribui para que não se altere o panorama a respeito das desigualdades. E o Estado se desresponsabiliza de ter materiais pedagógicos, garantir formação continuada e de construir políticas públicas que visem de maneira mais incisiva combater discriminações e construir uma sociedade mais igualitária. Estruturada pela heteronormatividade, a escola se torna terreno fértil à disseminação e reprodução de padrões heteronormativos e, conseqüentemente, se revela como espaço violento à diversidade sexual e de gênero (POCAHY; DORNELLES, 2010; BENTO, 2011).

Vianna e Unbehaum (2004) salientam o quanto as desigualdades de gênero podem incorrer em manutenção enquanto a compreensão das relações de gênero pela escola permanecer velada, uma vez que as políticas públicas ou as silenciam, ou nem mesmo as mencionam e, quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino, no cotidiano escolar e na sociedade como um todo.

Se documentos e diretrizes nacionais reduzem ou silenciam temas sociais tão relevantes, qual seria o resultado com os livros didáticos? Conforme analisado por profissionais e disponibilizado por meio do Guia Digital PNLD 2020 – que analisa todas as obras e disponibiliza as análises para que todas as professoras e professores possam escolher o material, junto à escola, que deseja trabalhar pelos próximos 4 anos – as coleções aprovadas, tratando-se da “abordagem de questões étnico-raciais, de gênero e relacionada aos direitos humanos” (BRASIL, 2019), em seu conjunto, discutem relações étnico-raciais, de gênero e dos direitos humanos em múltiplos contextos históricos, em defesa de uma sociedade democrática, mais igualitária, antirracista e tolerante. Como apontado no Guia, nas obras aprovadas, as questões de gênero apresentadas destacam a relevância da mulher de distintas classes e etnias na História. No entanto, as ações dos homens ainda se mantêm em destaque, com protagonismo. Ainda conforme o Guia, as



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

relações homoafetivas seguem silenciadas no conjunto das obras aprovadas, salientando então, a importância de ampliar, para além do que as coleções propõem, a abordagem histórica acerca dos temas menos presentes ou apagados.

Para uma análise mais específica do tipo de material didático que chega hoje às salas de aula, em nossa pesquisa selecionamos uma coleção para investigação. Após análise por meio do Guia Digital – como professoras e professores fazem para selecionar a coleção que desejam trabalhar nos próximos anos –, optamos pela coleção “Inspire História” especialmente pelo destaque conferido ao papel das mulheres, conforme apontado pelo Guia. A coleção também traz de interessante – e de diferencial entre as demais coleções – uma organização dos livros em unidades conceituais, o que sugere contribuir para o trabalho além da abordagem cronológica e linear dos conteúdos, tornando possível a discussão de conceitos e atravessando à cronologia, permitindo um diálogo mais próximo entre as questões do passado com o tempo presente, bem como as questões mais atuais e demandas sociais. Esse formato de organização destaca conceitos possíveis de se desenvolver com o estudo dos conteúdos de cada volume, como: Técnicas e Tecnologias, Civilizações, Política, Diversidade, Território e Governo, Tolerância, Trabalho, Deslocamentos Populacionais, Igualdade, Liberdade, Nação e Nacionalismo, Terra e Meio Ambiente, Cidadania, Violência, Meios de Comunicação de Massa, Equidade. Temas que permitem trabalhar questões de gênero para além do estudo da história e da participação das mulheres ao longo do tempo.

Conforme a proposta da coleção, esta perspectiva do trabalho com unidades conceituais permite a construção de noções como simultaneidade, rupturas, mudanças, permanências e sucessão, o que facilita o diálogo entre as temporalidades históricas e proporciona o entendimento das relações entre o contexto histórico estudado e o contexto atual. Utilizando situações do cotidiano das estudantes e dos estudantes para dialogar com o conhecimento histórico, a coleção traz propostas de atividades voltadas ao posicionamento crítico em relação à contemporaneidade, ao meio ambiente, à superação de preconceitos e práticas discriminatórias, à dimensão socioemocional, em suma, à esfera da formação cidadã, conforme competências, habilidades e objetos de aprendizagem demandados pela BNCC.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

Em relação à Base Nacional Comum Curricular, também destacamos a opção por esta coleção por ela se basear a partir somente das diretrizes da BNCC. Algumas das coleções aprovadas para o Ensino Fundamental nos anos finais pelo PNLD 2020 utilizaram, além da BNCC como referência, o PISA ou outros índices da Educação básica. Pensamos ser interessante selecionar uma obra que se baseie, grosso modo, somente pela BNCC por ser ela o documento de âmbito nacional que orienta a educação básica. Como já afirmamos, um livro, e no caso, uma coleção baseada neste documento, muito também poderá nos informar sobre as diretrizes nacionais acerca de determinados assuntos, mais especificamente sobre as questões de gênero, nos revelando como o Estado e seus órgãos direcionados à educação lidam com temas e demandas importantes para a sociedade e para a nossa pesquisa.

Por fim, nos chamou atenção na coleção os recursos audiovisuais que completam a mesma. Destacamos as videoaulas Hipátia de Alexandria (v.6) e Mulheres na Revolução Haitiana (v.8), que trazem e discutem o protagonismo feminino em diferentes momentos da História.

A investigação da coleção teve como foco analisar o livro didático a partir de três perspectivas principais: 1) como fonte documental em sua historicidade; 2) como instrumento didático-pedagógico; 3) como suporte cultural que contempla uma consistência estrutural, e aí insere-se o estudo sobre as relações de gênero e o espaço das mulheres nos livros didáticos como agentes da história.

Analisando a coleção, é possível identificar a busca por abarcar as demandas atuais, como o debate sobre racismo, machismo e violência contra as mulheres. Ou seja, está atenta aos debates contemporâneos. No entanto, falha ao utilizar e manter uma linguagem sexista (excetuando o termo “presidenta” ao se referir à Dilma Rousseff enquanto esta ocupava o cargo no Governo Federal no Brasil). Tanto o livro didático quanto o Manual do professor direcionam sua “fala” somente ao masculino, referindo-se “ao professor, aos alunos, aos estudantes, aos jovens, aos adultos”.

Ao longo do nosso texto, deve ter ficado notório que executamos as flexões para o feminino e masculino em todas as expressões, ou seja, não utilizamos a forma masculina como sinônimo do que é “neutro” ou “universal”. Vale destacar, como descreve Barbosa (2004), que é por meio da linguagem que se interage com o meio, com as e os demais, e

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

é essa mesma linguagem que contribui significativamente para a constituição e subjetividade de cada uma e cada um. Logo, o uso de uma linguagem sexista, ou seja, uma linguagem que privilegia determinado gênero, no caso, o masculino, contribui não somente com a manutenção de assimetrias de gênero, mas também com a invisibilidade do feminino nos impedindo de olhar a existência das mulheres e meninas. Conforme ressalta as pesquisadoras Beatriz Lins, Michele Escoura e Bernardo Machado “Se usarmos uma palavra no masculino como sinônimo de genérico, como “o aluno”, não saberemos se por trás da palavra pretende-se também englobar as meninas. Se for este o caso, elas ficam invisíveis e se não for, elas ficam excluídas” (2016, p. 12).

Embora a coleção não represente o avanço necessário ao combate às desigualdades de gênero e até mesmo as reforce com o uso da linguagem sexista, investigando sobre as relações de gênero e o espaço das mulheres nos livros didáticos como agentes da história, por meio das imagens – averiguando a presença ou não das mulheres e quais, bem como suas representações – e dos textos – percebendo como e quais mulheres eram descritas nos diversos discursos, nos diferentes temas e sua relevância dentro do processo histórico – é perceptível alguma tentativa que a autora Gislane Azevedo Seriacopi e o autor Reinaldo Seriacopi buscaram em incluir e promover representatividade de gênero nos livros. Conforme a autoria da coleção, a preocupação em formar alunas e alunos com domínio de múltiplas habilidades e competências os levou à criação de seções e atividades com propostas variadas nos livros, como pesquisa, trabalho em grupo, leitura de imagens e de textos escritos, expressão oral ou escrita, entre outras possibilidades. Assim, cada capítulo apresenta um conjunto de estratégias e recursos variados. Dentre estes é destacado a seção “Passado presente”, que acentua a relação de temas do presente com temas do passado e destaca permanências e rupturas históricas em temas como o papel da mulher em sociedades do passado e na sociedade contemporânea. Buscando ressaltar, desta forma, a diversidade dos sujeitos que fazem a história.

No entanto, importante destacar o que já apontara Raquel Sohiet e Joana Pedro (2007), ao afirmarem que, mesmo mergulhando em terreno mais frutífero após os anos 1960, logo em seguida

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

a maioria dos historiadores descartou a história das mulheres ou colocou-a em um domínio separado: “as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos concerne necessariamente”. Quanto à participação das mulheres na história, a reação foi de um interesse mínimo. (SOHIET, PEDRO, 2007, p. 289).

Como reforça as autoras, confirmamos a continuidade da exclusão das mulheres enquanto sujeitas da história e a persistência da reduzida participação das mulheres referenciadas na trajetória histórica – e por conseguinte, no ensino de história: “a compreensão de um determinado acontecimento, a Revolução Francesa, por exemplo, não mudou com a descoberta de que as mulheres dela participaram” (SCOTT, 1995, p. 74). Esta passagem de Scott reflete exatamente o que detectamos na coleção: ao falar sobre a Revolução Francesa no livro didático do 8º ano, enquanto diversos homens são nomeados como agentes da Revolução, mulheres como Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Charlotte Corday e Marianne, a figura alegórica de uma mulher que representa a República, principal símbolo da Revolução, sequer são mencionadas. Na página 107 na seção “Interpretando documentos” (SERIACOPI, SERIACOPI, 8º ano, 2018, p. 107), o livro traz como Documento 1 a “Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão”, mas não referencia à “Declaração da mulher e da cidadã” escrita por Gouges – ótima oportunidade para trabalhar relações de gênero e as mulheres enquanto agentes da história. Nesse caso, a participação das mulheres ficou restrita a legenda de uma imagem, onde lê-se:

Mulheres francesas retornando de Versalhes, litografia, de autor desconhecido, produzida em 1789. Arquivos franceses registram dados biográficos de dezenas de mulheres que combateram durante a Revolução Francesa. A imagem mostra a participação ativa de mulheres em 1789, quando estavam voltando de um piquete que acabou em várias decapitações. Os pães da gravura lembram a razão principal do levante: a fome (SERIACOPI, SERIACOPI, 8º ano, 2018, p. 74)

Além de ser considerado como um domínio separado, um outro aspecto foi constatado em relação aos estudos sobre as mulheres: mulheres são menos citadas e nomeadas na coleção. Assim como são menos consultadas, tendo seus saberes construídos também marginalizados: de todas as 420 pessoas citadas e nomeadas na coleção, somente 48 são mulheres, ou seja, 11,43%. Das obras – como livros, filmes, HQ’s etc. – recomendadas aos alunos e alunas, 109 são produções masculinas e 63 são produções femininas. Das 629 imagens que consideramos ao analisar a coleção, somente em 205 temos a presença feminina (32,5%), o que não representa centralidade e nem protagonismo: podemos

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

destacar algumas das representações mais marcantes na coleção, como a representação de mulheres em formato de alegoria, que é o mais referido e percebido na coleção, seja representando a democracia, a liberdade, a república ou até mesmo como apresentado no livro do oitavo ano, na página 196 (SERIACOPI, SERIACOPI, 8º ano, 2018, p. 196), onde numa charge de autoria desconhecida, publicada em 1873 na revista *Semana Ilustrada*, é possível ver uma representação da febre amarela. Na imagem, uma caveira que representa a morte guia a carruagem. Junto ao cocheiro, uma figura humana segura uma foice com os dizeres “febre amarela”. Chamamos a atenção para o fato de que a autoria não menciona, que essa figura humana sugere ser uma mulher – pela construção simbólica do gênero feminino, com seios, cintura, cabelos longos e vestido –, talvez pela representação possivelmente considerada negativa, mas ao invés de debater e levar à reflexão sobre a representação, o livro simplesmente não menciona nem mesmo ser uma mulher a representada. Além da alegoria, mulheres aparecem nas imagens, acompanhando homens, ou com crianças/bebê/gestante, ou servindo homens, mulheres trabalhando, sendo prostituídas e sofrendo outros tipos de violências.

Por oposto, de forma geral, as imagens da coleção trazem referências a guerras, exércitos, homens que foram reis, generais, pensadores, economistas, cientistas entre outros.

Conforme Mary Nash (1985), esse debate em torno do silenciamento, da opressão da mulher e de seu papel na história fora inaugurado na década de 1940, por ação da historiadora Mary Beard em *Woman as force in history*, obra em que a autora aborda a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos. No texto, a autora atribui as escassas referências às mulheres ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, ignorarem-na sistematicamente. Seu argumento provocou uma réplica do historiador Jack Hexter, para quem a ausência das mulheres na história não devia ao fato de elas estarem sendo excluídas, mas sim ao fato de elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais. A partir daí, surge a importância de abordagens que possibilitem a superação dessa dicotomia entre a vitimização ou a vilanização femininas, com o intuito de visualizar toda a complexidade de sua atuação e contribuição no desenrolar da história.

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

Com isso, tornou-se iminente uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de interesse e investigação histórica. A historiadora Joan Scott enxergou aí um desafio teórico, que exigia

uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica (1995, p. 74).

A proposta teórica forjada por Scott levou em conta que, por um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos pela biologia; e, por outro, é uma forma primeira de significar as relações de poder. Conforme a historiadora, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem, sempre, à mudança nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional” (IDEM, P. 86). Dessa forma, podemos compreender a proposta teórica de Scott como um apontamento às desigualdades entre homens e mulheres e uma motivação em modificar esse *status quo*.

Gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres, como atribuição do masculino ou do feminino. Compreender a trajetória dessa palavra é desnudar seus símbolos, significados e interpretações que fazem interagir conceitos e relações. Conforme Scott e Nicholson, ignorar este caráter social e historicamente construído da palavra pode ser um grande engano ao se trabalhar com o conceito de gênero, cujo cerne é justamente sair de explicações sobre as desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas, afirmando seu caráter social, histórico e político (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000).

Gênero, como um conceito, segundo aponta Matos (2008), surgiu em meados dos anos 1970 e foi instantaneamente disseminado nas ciências a partir dos anos 80. Sua reformulação surgiu com o propósito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza fundamentada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional. Enquanto proposta de um sistema de classificação, a “categoria” gênero, em sua forma mais difundida, tem sido acionada

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

quase sempre de forma binária para se referir à lógica das diferenças entre o feminino e o masculino, os homens e as mulheres e, também, entre a homo e a heterossexualidade.

Por essa perspectiva, a análise da coleção evidencia a manutenção do apagamento das mulheres e de seu papel enquanto agentes da história, que já apontando lá na década de 1940, se faz presente ainda hoje. A marginalização das mulheres nos estudos históricos é reforçada nos livros didáticos pelos tópicos especiais, como no livro do 6º ano, na página 82 (SERIACOPI, SERIACOPI, 6º ano, 2018, p. 82), seção “interpretando documentos” em que é apresentada uma imagem de musicistas tocando instrumentos durante banquete, referência a pintura da tumba de Tutmés IV, no Egito, século XV a.C., com questões para as alunas e alunos sobre como as mulheres foram representadas na imagem e seu papel na sociedade egípcia. Tópicos como este podem ser detectados fazendo referência a mulheres na sociedade ateniense, na Grécia antiga e as mulheres no mundo medieval.

Vale sublinhar que a coleção fornece possibilidades para o espaço e protagonismo das mulheres, bem como para o debate e à reflexão sobre as relações de gênero, embora aproveite pouco essas oportunidades. Como no livro do 7º ano, no capítulo 8, ao abordar a temática sobre a produção de açúcar e os holandeses, apresenta uma imagem onde foi representada a casa-grande e revela que esta representava o poder concentrado nas mãos do senhor. Destaca, contudo, que alguns estudiosos ressaltam que existiram engenhos administrados por mulheres, embora não fosse uma prática comum (SERIACOPI, SERIACOPI, 7º ano, 2018, p. 167). A autoria da coleção fornece este dado, mas o livro não cita e não trabalha com nenhuma mulher senhora de engenho.

Temas relevantes ao debate sobre relações de gênero aparecem na coleção, mas de forma pontual. Como dados estatísticos sobre os tipos de intolerância, apresentando o conceito e os dados sobre a misoginia (ódio ou aversão às mulheres), e a igualdade jurídica e social, abordando sobre a desigualdade ainda presente na sociedade brasileira que é a composição do Congresso Nacional (nas eleições de 2018, as mulheres eleitas ocuparam 15% das vagas em disputa) e a realidade salarial de homens e mulheres.

## **Conclusão**

Com o debate sobre gênero apresentado de forma pontual e marginal, em geral restrito a seções ou boxes da coleção, faltando tanto centralidade a este assunto quanto à



*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* **ISSN 2594-8806**

participação das mulheres enquanto agentes da história, onde permanecem geralmente invisibilizadas, a coleção segue então uma história linear, dos “grandes feitos históricos”, a partir de uma narrativa eurocêntrica e masculina. No livro do 8º ano, no boxe “diálogos” (SERIACOPI, SERIACOPI, 8º ano, 2018, p. 117), a obra levanta uma importante questão sobre o motivo de ser tão importante recuperar a história das mulheres que lutaram na independência da América e em outros processos históricos, questionando ainda o que podemos fazer para modificar essa situação e valorizar figuras femininas e outros grupos que são excluídos das narrativas históricas mais tradicionais. Questões importantes que realmente não foram respondidas e efetivadas na coleção. Até mesmo um dos elementos que nos chamou atenção na coleção, que seria a abordagem das mulheres na Revolução Haitiana, com o complemento do recurso audiovisual, surpreendeu com a completa ausência deste assunto no livro, restrito realmente ao recurso audiovisual – e não como um complemento, como sugerido. Ao falar sobre Ideais iluministas que revolucionam o Haiti, um boxe pequeno sinaliza “Veja no Material Digital Audiovisual o vídeo Mulheres na Revolução Haitiana”, ou seja, nada no texto, na página que fala sobre esse tema, só este detalhe e em vídeo.

Desta forma, sem ignorar as pautas importantes que estão presentes na coleção, ainda é possível vislumbrar a necessidade de muitos avanços acerca das representações, dos valores e dos estereótipos, mais especificamente daqueles transmitidos pelos grupos dominantes, que generalizam temas em acordo com seus preceitos, como família, sexualidade, economia e o próprio saber. Avanço este que deve ser efetivado em diversas esferas, como apontamos aqui com a trajetória da nossa investigação. A Base Nacional Comum Curricular apagou esta discussão do cenário educacional ao qual ela fornece suas bases. Apoiado nela, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático por meio de seus editais, no caso o edital PNLD 2020, apresenta diretrizes éticas sobre preconceitos e discriminações, incluindo de gênero, e coloca como um dos critérios de aprovação das obras, a exigência de que os livros estejam em conformidade com as leis do país – entre elas citamos as leis 11.645, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, e 13.146, que trata da inclusão da pessoa com deficiência. O edital também cobra que as obras promovam positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e espaços de poder,

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

chamando a atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher. No entanto, não há no edital uma categoria eliminatória que cobre equiparação de narrativa, por exemplo, entre personagens homens e mulheres, assim como não há, em relação ao componente curricular de história, critérios de avaliação que dê relevância às relações de gênero e as mulheres enquanto protagonistas da história.

O PNLD segue então em conformidade com as leis e documentos nacionais. E o documento mais importante da educação básica em vigência no país é a BNCC, que suprimiu o termo gênero e não incluiu, no ensino da história, a pauta sobre a participação das mulheres como agentes da história. Como resultado, temos coleções de livros didáticos que chegam às mãos e mentes de alunas e alunos que apresentam um paradigma historicamente construído alicerçado em representações e estereótipos estruturalmente desiguais entre homens e mulheres, possibilitando a manutenção de preconceitos e discriminações de gênero.

## Referências

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.) *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33.

BAKER, David P. *The schooled society: the educational transformation of global culture*. Stanford, California: Stanford University Press, 2014, 342 p.

BARBOSA, Josemar J. *Aspectos da interação e processamento no discurso terapêutico*. Recife: O Autor, 2004. Disponível em:  
<<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/8003/jjb.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Estudos feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 1993.

\_\_\_\_\_. Livros didáticos entre textos e imagens. In: *O saber histórico na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 69-90.

\_\_\_\_\_. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [basenacionalcomum.mec.gov.br/](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/) Acesso em: 18 mai. 2020.

CARNIEL, Francislaine Soledade. *O lugar da história nos anos iniciais da base nacional comum curricular*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 30, 2019, Recife. Disponível em:  
<[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564629757\\_ARQUIVO\\_FRANCI SLAINESOLEDADECARNIELOLUGARDAHISTORIAESCOLARNABNCCANOSI NICAISANPUH.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564629757_ARQUIVO_FRANCI SLAINESOLEDADECARNIELOLUGARDAHISTORIAESCOLARNABNCCANOSI NICAISANPUH.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Documento final. Brasília: MEC. Disponível em:  
<[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

COSTA, Warley da. *As imagens da escravidão nos livros didáticos de História do ensino fundamental: representações e identidades*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DEL PRIORE, Mary. (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2011.

FERRAZ, Ana Paula do C. Marcheti; BELHOT, Renato Vairo. *Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais*. Gest. Prod. 2010, vol.17, n.2, pp.421-431.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. *Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação*. In Revista Labor. Nº 11. Vol. 01. 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas: Papirus, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. 1: A vontade de saber. Editora Graal, Rio de Janeiro, 11ª ed., 1988.

\_\_\_\_\_. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. São Paulo: EDUNESP, 1992.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. Cultura e consciência na história intelectual das mulheres européias. In: *The journal of Women in culture and society*, Printed by the University of Chicago, v.12, n.31, p.529-547, 1987.

FUNARI, Pedro Paulo A. Romanas por elas mesmas. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 179-200, 1995. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1855>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GATTI JÚNIOR., Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Edusc: Bauru/SP, 2004.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não desiguais - a questão de gênero na escola*. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2008.

MATOS, Marlise. *Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, pp 333-357, 2008.

NASH, Mary. “Invisibilidad y Presencia de la Mujer en História”. Em: *Historia 10*. México, jul./set., 1985.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.8, n.2, p.9-42, 2000.

OBSERVATÓRIO DO PNE. O Plano Nacional de Educação. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

OLIVEIRA, Wilson Sousa. *A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero*. Rev. Fórum Identidades GEPIADDE. Itabaiana. Ano 5, V. 9.jan-jun de 2011.

PASQUALINI, Juliana. C.; MARTINS, Fernando Ramalho. Crítica à pedagogia das competências de Phillippe Perrenoud: sua visão liberal de educação e sociedade e sua afinidade com as demandas do processo produtivo contemporâneo. In: *SEMINÁRIO REDESTRADO: nuevas regulaciones en América Latina*, 7, 2008, Buenos Aires. Anais. Buenos Aires: Redestrado, 2008. p. 1-20.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Aline Mikaela. *A representação da mulher no livro didático de História*. 2013, 49 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de ensino), Diretoria de pesquisa e pós-graduação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

PERRENOUD, Philippe. *Construindo competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: EDUSC, 2005. 520 p.

POCAHY, Fernando. *Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção*. Instrumento, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 125-135, 2010.

RAGO, Margareth. *Descobrimos historicamente o gênero*. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.89-98.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). In.: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. M. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SERIACOPI, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *Inspire História*. 6º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ª. ed. – São Paulo: Editora FTD, 2018.

\_\_\_\_\_. *Inspire História*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ª. ed. – São Paulo: Editora FTD, 2018.

\_\_\_\_\_. *Inspire História*. 8º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ª. ed. – São Paulo: Editora FTD, 2018.

\_\_\_\_\_. *Inspire História*. 9º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ª. ed. – São Paulo: Editora FTD, 2018.

SILVA, Gilvan Ventura. *Prisioneiras do esquecimento: a representação das mulheres nos livros didáticos de história*. Dimensões, Vitória, v. 23, p. 45-66, 2009. Disponível

*RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar.* ISSN 2594-8806

em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2509/2005>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SILVA, Marcos. “Tudo que você consegue ser - TRISTE BNCC/HISTÓRIA (A versão final)” . *Ensino em Re-Vista*, v. 25, n. 4, p. 1004-1015, 20 dez. 2018.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VIANNA, Cláudia P.; UNBEHAUM, Sandra. *O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, pp. 77-104, 2004.

**Recebido:**

**Aceito: 13/5/2021.**

**Autora:**

Bruna Cruz Baptista -*Professora Auxiliar – UNESA*

Rio de Janeiro – RJ

[bruna.baptista@estacio.br](mailto:bruna.baptista@estacio.br)

[nunahistorias@gmail.com](mailto:nunahistorias@gmail.com)